



Palácio do Planalto, 14 de abril de 2021

Ao Excelentíssimo Senhor  
Joseph R. Biden Jr.  
Presidente dos Estados Unidos da América

Senhor Presidente,

Desejo felicitá-lo pela oportuna iniciativa de organizar a Cúpula de Líderes do próximo dia 22 de abril. Como tive ocasião de antecipar, terei a satisfação de participar do evento, que julgo crucial para nosso futuro comum.

Reitero o compromisso do Brasil e de meu Governo com os esforços internacionais de proteção do meio ambiente, combate à mudança do clima e promoção do desenvolvimento sustentável. Teremos enorme satisfação trabalhar em parceria com V. Excelência em torno desses objetivos comuns.

À luz dessa iniciativa, queria compartilhar com Vossa Excelência o muito que o Brasil tem feito pela conservação do meio ambiente, bem como o que pretendemos fazer para que as próximas gerações possam orgulhar-se do patrimônio incalculável que nos tocou preservar. Estou convencido de que, nesse esforço, encontraremos oportunidades de intensificar as excelentes relações entre nossos Governos e nossas sociedades, unidos por valores e sensibilidades comuns.

É evidente a magnitude dos esforços que a Nação brasileira realizou, através dos séculos, para preservar esse patrimônio. Temos 60% de nosso território coberto por vegetação nativa. No bioma da Amazônia, essa cifra ascende a eloquentes 84%. Destinamos mais de 30% do território nacional a áreas de proteção ambiental, e essas terras, somadas, correspondem a nada menos que 14% das áreas protegidas do planeta.

Em consequência, o Brasil é o país detentor da maior biodiversidade do planeta. Cifras como estas ilustram o compromisso de nossa sociedade com os princípios e objetivos que o inspiram, ao convocar esta primeira grande iniciativa diplomática de seu mandato.

O Brasil tem feito o mesmo no que diz respeito à transição energética. Temos, neste domínio, uma das matrizes mais limpas do planeta: 46% de nossa energia é gerada por fontes renováveis, uma taxa mais de quatro vezes superior à média dos países da OCDE. Se computarmos apenas a energia elétrica, esse valor ascende a 82%, três vezes mais que aquele universo de países.

Estes resultados históricos falam por si. Nas grandes conferências das Nações Unidas sobre estes temas, o Brasil foi um dos promotores do conceito do desenvolvimento sustentável. Assim, asseguro meu engajamento na busca de compromissos e resultados ambiciosos na Cúpula de 22 de abril.

Para além dos resultados já alcançados, destaco os compromissos e metas mais recentemente assumidos pelo Brasil no domínio ambiental. Em dezembro último, apresentamos à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) uma atualização de nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Nesse âmbito, comprometemo-nos a reduzir as nossas emissões de gases de efeito-estufa em 37% até 2025 e em 43% até 2030, na comparação com as cifras de 2005.

Somos dos poucos países do mundo a estabelecer metas para 2025. Creio, portanto, que não pode haver ilustração mais eloquente da importância que atribuímos à redução das emissões no curto prazo.

Ao considerar estes dados, senhor Presidente, tenha presente que, embora seja uma das maiores economias do planeta, o Brasil ainda assim é responsável por apenas 1% das emissões históricas de gases de efeito-estufa, e menos de 3% do total corrente de emissões globais. Adotamos metas absolutas de redução de emissões que superam as de muitos países desenvolvidos, que, entretanto, carregam muito maior responsabilidade pela mudança do clima.

Comprometemo-nos com o objetivo de longo prazo de alcançar a neutralidade climática em 2060, mantendo aberta, ainda, a possibilidade de ir além e anteciparmos esse prazo para 2050, caso seja possível viabilizar recursos anuais significativos, que contribuam nesse sentido.

O setor agropecuário brasileiro, um dos motores da nossa economia, está entre os mais modernos, competitivos e sustentáveis do planeta e tem sido capaz de alimentar bilhões de pessoas. Ao longo das décadas, esse setor tem logrado conciliar o aumento da produtividade com o respeito a uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo e por meio de programas como o Plano Agricultura de Baixo Carbono.

Atualmente, unidades produtivas com extensões superiores a 50 milhões de hectares (123,5 milhões de acres) já adotam tecnologias de produção de baixo carbono, como as que integram lavoura, pecuária e floresta. Já recuperamos 28 milhões de hectares (69,1 milhões de acres) de pastagens degradadas. E temos potencial para expandir essas tecnologias para mais 98 milhões de hectares (242,1 milhões de acres), aumentando a um só tempo produtividade agrícola e indicadores ambientais.

Salientar essas medidas e resultados não é, para meu Governo, um expediente superficial para escusarmo-nos de fazer mais e melhor. A ação do Estado e da sociedade precisam aperfeiçoar-se. Reconheço, por exemplo, que temos diante de nós um desafio de monta, com o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia, que se vem verificando desde 2012.

Queremos reafirmar nesse ato, em inequívoco apoio aos esforços empreendidos por V. Excelência, o nosso compromisso em eliminar o desmatamento ilegal no Brasil até 2030.

Alcançar esta meta, entretanto, exigirá recursos vultosos e políticas públicas abrangentes, cuja magnitude obriga-nos a querer contar com todo o apoio possível, tanto da comunidade internacional, quanto de Governos, do setor privado, da sociedade civil e de todos os que comungam desse nobre objetivo.

Neste âmbito, naturalmente que o apoio do Governo dos Estados Unidos, do setor privado e da sociedade civil americana serão muito bem-vindos.

Trabalhar com os Estados Unidos neste domínio, senhor Presidente, parece-nos uma alternativa natural e evidente, dadas as convergências de valores entre nossos dois povos. Como nós, os americanos saberão apreciar que as principais causas da degradação ambiental radicam na pobreza e na falta de oportunidades, e que portanto trabalhar pela preservação ambiental passa, também, pela promoção do desenvolvimento econômico. É possível promover o crescimento e o dinamismo de maneira ambientalmente responsável, e em nenhum lugar esse objetivo é mais premente do que na Amazônia.

Ao referir-me à realidade daquela região, tenho destacado o paradoxo amazônico, que nem todos os observadores internacionais têm presente ao analisar o tema. Considere, no entanto, o fato contraditório de a região mais rica do Brasil, no que diz respeito aos recursos naturais, ser ao mesmo tempo a que ostenta os piores indicadores de desenvolvimento humano no país. É fundamental que se aplique, especialmente à Amazônia, o conceito de Justiça Ambiental, garantindo que não se impeça a melhoria das condições de vida e de prosperidade, sobretudo para os indígenas e comunidades tradicionais. Ou seja, que ninguém seja deixado para trás, sob o risco de não se obterem resultados duradouros no tempo.

Diante desse quadro, o compromisso de meu Governo com o desenvolvimento sustentável terá forçosamente de atentar ao bem-estar e à mobilidade social dos 25 milhões de brasileiros que residem na Amazônia. Se não dermos a esse imenso contingente de homens e mulheres as condições de prosperarem materialmente, por seus próprios esforços, jamais alcançaremos resultados duradouros no domínio ambiental.

É pelo mesmo motivo que não podemos combater o desmatamento apenas com medidas de comando-e-controle. Minha missão, no que diz respeito à Amazônia, inclui criar alternativas econômicas que reduzam o apelo das atividades ilegais de forma inequívoca e concomitante à atuação de repressão. Meu Governo vem desenvolvendo ações realistas nesse sentido, contemplando cinco eixos específicos — não só as já referidas ações de comando e controle, em si e por si insuficientes, mas, destacando a premência de se realizar a regularização fundiária; implementar o necessário zoneamento ecológico-econômico da região; promover a tão aguardada bioeconomia; e aumentar, em volume e intensidade, o pagamento por serviços ambientais, diretamente ligado ao efetivo funcionamento dos mecanismos de mercado previstos no Artigo 6 do Acordo de Paris.

Para tanto, queremos ouvir as entidades do terceiro setor, indígenas, comunidades tradicionais e todos aqueles que estejam dispostos a um contribuir para um debate construtivo e realmente comprometido com a solução dos problemas.

Alguns dos programas desenvolvidos, com essa meta em vista, já tem alcançado resultados. Recentemente, por exemplo, o Congresso Nacional aprovou nosso Plano Nacional de Serviços Ambientais, na linha do programa Floresta+, cujo cerne está no reconhecimento da própria atividade de conservação como uma atividade econômica. Este mecanismo, dentre outras providências, buscará acelerar a implementação de um mercado de créditos de carbono florestal, e ao seu amparo o capital privado internacional encontrará excelentes oportunidades de compensar emissões, enquanto promove a geração de emprego e renda na Amazônia.

Outra iniciativa digna de registro é o nosso programa “Adote um Parque”, que permite a atores privados nacionais ou estrangeiros “adotar” uma das 132 unidades de conservação federais existentes na Amazônia, as quais abarcam 15% daquele bioma. E aqui não se tratam de transferências financeiras para o Estado brasileiro, mas de bens e serviços a serem aplicados diretamente pelo setor privado nessas unidades de conservação.

No que diz respeito ao carbono, a que há pouco me referia, há outro dado que desejo salientar. No âmbito do programa de pagamentos por resultados REDD+, instrumento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, o Brasil já teve certificadas 7,8 gigatoneladas de carbono equivalente em reduções de emissões oriundas de desmatamento evitado, o que equivaleria a USD 133 bilhões, se calculados tomando como referência o valor do crédito de carbono negociado na Califórnia. Este volume equivale a nada menos do que cinco anos de emissões líquidas do país.

No mais, ratificamos recentemente o Protocolo de Nagoia sobre a Repartição Justa e Equitativa de Benefícios, da Convenção de Diversidade Biológica. Antes mesmo de o fazer, no entanto, já tínhamos adotado arcabouço legal dos mais modernos sobre o acesso a recursos genéticos e a repartição de benefícios decorrentes do uso desses mesmos recursos. Acredito que essas medidas darão contribuição de monta ao desenvolvimento da bioeconomia brasileira — sempre buscando resolver o paradoxo amazônico para, com isso, atingir resultados duradouros. E esperamos que empresas de diversos setores enxerguem neste marco legal uma oportunidade de investir e efetivamente contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Medidas importantes como a regularização fundiária ou a nova lei geral de licenciamento, ambos em tramitação no Congresso Nacional, representam importante fator de racionalidade para o desenvolvimento econômico sustentável.

Ao sublinhar a ambição das metas que assumimos, vejo-me na contingência de salientar, uma vez mais, a necessidade de obter o adequado apoio da comunidade internacional, na escala, volume e velocidade compatíveis com a magnitude e a urgência dos desafios a serem enfrentados. Se, como creio ser o caso, a sua administração deseja associar-se a objetivo tão ambicioso como meritório como o do desmatamento ilegal zero em 2030, apreciaria muito contar com o seu engajamento pessoal nesta causa. Inspiramos a crença de que o Brasil merece ser justamente remunerado pelos serviços ambientais que seus cidadãos têm prestado ao planeta.

Temos, portanto, uma agenda promissora diante de nós — uma agenda que contempla tópicos tais como o pagamento por serviços ambientais, o uso sustentável dos recursos naturais e a biodiversidade. É com esse espírito que participarei da Cúpula de Líderes: o de reafirmar a disposição de meu país, e a minha própria, de trabalhar de mãos dadas com a comunidade internacional, em prol da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Apresento, senhor Presidente, meus protestos de elevada estima e consideração.

